



Demonstrações Financeiras

TCE Engenharia Ltda. e Controladas

**31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente**



Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....	03
Demonstrações financeiras auditadas.....	06
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	11



Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas da
TCE Engenharia Ltda.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TCE Engenharia Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TCE Engenharia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Valores a receber junto aos órgãos públicos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Empresa possui valores a receber no ativo não circulante, oriundos de ações judiciais e relacionadas a contratos de empreitadas de obras já concluídas junto a órgãos públicos, no montante de R\$ 61.497 mil em 2025 (R\$ 61.497 mil em 2024). A Administração da Empresa, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e, também, com relação à expectativa de recebimento.

Incerteza quanto ao recebimento de créditos perante o DER/PR

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a composição do saldo de R\$ 13.731 mil registrado no Ativo Não Circulante, referente a pleitos de medição final junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Conforme mencionado na referida nota, o montante está sendo objeto de



contestação na esfera administrativa (Processo nº 25.190.105-8), existindo incerteza quanto ao desfecho final e ao prazo de realização desses créditos.

Créditos com parte relacionada

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.1 (a), a Empresa detém o montante R\$13.846 no ativo não circulante referente a recebíveis da Construtora Triunfo S/A – Em Recuperação Judicial, previsto para ser liquidado em janeiro de 2040. Em função do estágio de recuperação judicial da Construtora Triunfo S.A., a Administração, junto com seus assessores jurídicos avaliam que o montante está registrado de forma líquida, certa e conservadora, e o valor é realizável.

Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Com exceção dos assuntos descritos na seção Ênfases, não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 24 de março de 2026

UPWARDS Auditores Independentes S.S.
CRC SP 032599/O-1



Luciano Neris
Contador CRC PA-007729/O-8 T-SP



Leandro Bazilio Couceiro
Contador CRC SP-290220/O-6

TCE ENGENHARIA LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	341	7.298	399	8.136	Fornecedores	12	14.772	10.798	23.863	21.837
Contas a receber de clientes	5	52.796	33.811	70.376	40.775	Empréstimos a Financiamentos	13	27.438	45.969	33.658	45.969
Impostos e contribuições a recuperar		4.743	5.517	5.180	6.805	Salários e encargos trabalhistas	14	9.294	13.044	12.944	19.771
Adiantamento a fornecedores	11	6.919	4.533	8.195	5.860	Obrigações tributárias	15	6.260	6.345	8.826	9.940
Direito a faturar – Contrato de Longo Prazo	8	-	15.956	-	15.956	Parcelamento Simplificado	16	9.324	7.759	12.811	9.632
Partes relacionadas	6	80.647	79.713	101.434	98.235	Adiantamento de Clientes	17	-	-	-	400
Outros valores a receber		324	840	1.145	1.024	Provisão para passivo a descoberto em SCPs	9	1.603	1.598	1.603	1.598
						Outras obrigações		66	78	73	130
TOTAL CIRCULANTE		145.770	147.668	186.729	176.791	TOTAL DO CIRCULANTE		68.757	85.591	93.778	109.277
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Direitos creditórios	7	61.497	61.497	61.497	61.497	Fornecedores	12	-	-	109	107
Partes relacionadas	6	13.846	13.846	13.846	13.846	Parcelamento Simplificado	16	37.378	22.281	49.719	27.987
Depósitos judiciais		2.319	1.975	2.395	2.042	Provisões para contingências		294	377	294	377
Direito a faturar – Contrato de Longo Prazo	8	13.731	-	13.731	-	Adiantamento de clientes	17	9.445	11.088	13.274	11.088
Outros créditos a receber		1.187	1.311	1.187	1.311						
Imobilizado (líquido)	10	14.028	15.214	14.293	15.523						
Intangível	11	29.072	29.072	29.072	29.072						
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		135.680	122.915	136.021	123.291	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		47.117	33.746	63.396	39.559
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
							19				
						Capital social		77.037	77.037	77.037	77.037
						Ajuste de avaliação patrimonial		4.548	4.548	4.548	4.548
						Reserva legal		4.199	3.483	4.199	3.483
						Reserva de lucros a realizar		79.792	66.178	79.792	66.178
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		165.576	151.246	165.576	151.246
TOTAL DO ATIVO		281.450	270.583	322.750	300.082	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		281.450	270.583	322.750	300.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TCE ENGENHARIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	147.905	214.511	147.905	214.636
Custos dos serviços prestados	21	(127.904)	(179.541)	(127.909)	(179.797)
LUCRO BRUTO		20.001	34.970	19.996	34.839
Receitas / (despesas) operacionais		19.907	20.273	19.912	20.404
Despesas administrativas	22	(7.381)	(4.146)	(7.381)	(4.151)
Honorários dos administradores		(224)	(212)	(224)	(212)
Depreciação de consórcios	25	(4)	(18)	(4)	(18)
Despesas de consórcios	25	-	(589)	-	(589)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	27.517	25.374	27.517	25.374
Outras receitas (despesas) operacionais consórcios		4	-	4	-
Resultado de Equivalência Patrimonial		(5)	(136)	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES RESULTADO FINANCEIRO		39.908	55.243	39.908	55.243
Resultado financeiro	24	(21.689)	(25.060)	(21.689)	(25.060)
Resultado financeiro de consórcios	25	(3.365)	(2.934)	(3.365)	(2.934)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.854	27.249	14.854	27.249
Participações de Empregados – PPR/PLR-CCT		(524)	(295)	(524)	(295)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14.330	26.954	14.330	26.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCE ENGENHARIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	77.037	-	-	4.548	42.707	124.292
Resultado do exercício	-	-	-	-	26.954	26.954
Constituição da reserva legal	-	3.483	-	-	(3.483)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	66.178	-	(66.178)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	77.037	3.483	66.178	4.548	-	151.246
Resultado do exercício	-	-	-	-	14.330	14.330
Constituição da reserva legal	-	716	-	-	(716)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	13.614	-	(13.614)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	77.037	4.199	79.792	4.548	-	165.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCE ENGENHARIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício	14.330	26.954	14.330	26.954
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	14.330	26.954	14.330	26.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCE ENGENHARIA LTDA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	14.330	26.954	14.330	26.954
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	2.072	1.552	2.116	1.596
Baixa de ativo imobilizado, intangível e diferido	-	186	-	186
Juros sobre empréstimos, financiamentos	11.876	14.846	11.876	14.846
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(83)	80	(83)	80
Resultado de equivalência patrimonial	5	136	-	-
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	(18.985)	(3.690)	(29.601)	(3.453)
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	1.291	(20.242)	5.246	(26.919)
Impostos a recuperar	774	(2.451)	1.626	(3.054)
Adiantamento de fornecedor	(2.386)	(2.117)	(2.335)	(3.038)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	296	(24.853)	(351)	(24.492)
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	3.974	4.832	2.028	(3.337)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.750)	5.387	(6.827)	9.082
Impostos, taxas e contribuições	16.577	3.010	23.796	7.704
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(1.655)	10.780	1.735	10.722
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	24.336	14.410	23.556	17.771
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de bens do imobilizado	(886)	(52)	(886)	(78)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento	(886)	(52)	(886)	(78)
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação através de empréstimos, financiamentos e debêntures	174.132	258.114	174.132	258.114
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(204.539)	(268.618)	(204.539)	(275.839)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	(30.407)	(10.504)	(30.407)	(17.725)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.957)	3.854	(7.737)	(33)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.298	3.444	8.136	8.169
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	341	7.298	399	8.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCE Engenharia Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Empresa tem por objeto social as atividades de engenharia civil, construção em geral e montagem eletromecânica, atuando como construtora, montadora, coordenadora, supervisora, na execução por Administração, empreitada, sub empreitada, concessionária, permissionária, e demais modalidades de contratação, abrangendo a construção de estradas, terraplenagens, pavimentações, concretagens, edificações, dragagens, portos, canais, nas atividades de navegação, lacustres, fluviais e marítimas, montagens industriais, obras hidráulicas em geral, execução de linhas e redes de transmissão, telecomunicações e operação de hidrelétricas, estações elevatórias de tratamento sanitários e de infraestrutura, concessões de água e esgoto, concessão e exploração de rodovias, hidrelétricas, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e demais serviços públicos, pesquisas, aproveitamento, produção e exploração de substâncias minerais, assim como as suas comercializações no mercado em geral, as atividades de exploração e execução dos serviços relativos às modalidades de limpeza urbana, compreendendo coleta de lixo, varrição, transporte, remoção e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, industriais, hospitalares e demais correlatos, de operação de aterros sanitários, incorporações e construções de imóveis próprios e de terceiros, loteamento, venda e compra de imóveis, elaboração de projetos de engenharia, assessoria e consultoria técnicas, inclusive auxiliares e complementares, locação de bens móveis e imóveis, equipamentos e maquinário, podendo realizar quaisquer atividades que se relacione ou se assemelhem aos objetivos supramencionados.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Moeda Funcional

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não há em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2026.

2.2. Normas alterações e interpretações existentes que estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela empresa.

2026 – Alterações da IFRS 9/ CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40

As alterações introduzidas tratam dos seguintes temas:

- data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge.

- divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao exercício de 2026.

2026 - CBPS nºs 01 e 02/ IFRS S1 e S2

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS. Estes pronunciamentos nacionais estabelecem a convergência regulatória do Brasil com os padrões internacionais emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e as normas IFRS S1 e IFRS S2. A aplicação obrigatória se dará para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados nas demonstrações financeiras relativas ao período de 2026.

2027 - CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras

Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

Lei complementar Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033 a Administração está atentamente ajustando os processos para atendimentos aos requisitos técnicos, sistêmicos e de capacitação humana, com foco central em assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas aplicáveis aos diversos setores incluindo o da Empresa;
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, atualizado pelo valor justo, quando aplicável.

2.4. Base de consolidação

Em função da NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e NBC TG 19 (R2) - Negócios em Conjunto, equivalentes ao IFRS 10 e 11, respectivamente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações, bem como os negócios em conjunto que a Empresa possui.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as joint ventures estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Em relação às operações em conjunto, estão sendo registrados os ativos, passivos, receitas, custos e despesas dos acordos sobre as quais a Empresa detém o controle.

Os exercícios sociais das entidades incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- (a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- (b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação e
- (d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

2.5. Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação e conversão das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais mil (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e que corresponde a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

3. Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do Ativo Imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos Ativos Financeiros pelo valor justo e pelo método de Ajuste a Valor Presente, análise do risco de crédito para determinação da Provisão para Devedores Duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para Contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de determinação das estimativas. A Empresa revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3.1. Apuração do Resultado

O Resultado das Operações (Receitas, Custos e Despesas) é apurado em conformidade com o Regime Contábil de Competência. As Receitas brutas dos serviços prestados foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento e revisões posteriores. Uma Receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente.

3.2. Classificação de itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens Circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens Não Circulantes.

3.3. Instrumentos Financeiros Ativos

Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são representados por Fundo Fixo de Caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e Aplicações Financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, considerados de Liquidez Imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos Balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa: representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas. Deterioração de Ativos Financeiros: Ativos Financeiros são avaliados a cada data de Balanço para identificação de eventual deterioração de Ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do Ativo Financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.4. Instrumentos Financeiros Passivos

Os Passivos Financeiros da Empresa são substancialmente representados por Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo Valor Justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A Depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos Bens e Direitos. Quando aplicável, o direito de uso de bens arrendados é reconhecido neste grupo, em contrapartida à conta de obrigações com arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e são depreciados pelo menor período entre a vida útil-econômica dos Bens ou o prazo do contrato.

3.6. Intangível

Representado por Acervo Técnico relacionado à constituição da Sociedade. O acervo técnico é testado anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável.

3.7. Reconhecimento da Receita

A Receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos.

Quando os resultados de um Contrato de Construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do Contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato, exceto quando há evidências de que outro método represente melhor a fase de execução do serviço. As variações nos Custos com Mão de Obra e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável.

Quando os resultados de um Contrato de Construção não podem ser estimados com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada Contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

Os serviços executados, medidos e aprovados pelo cliente e ainda não faturados são registrados no Ativo em “Serviços Executados a Faturar”. Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho são registrados no Balanço Patrimonial como um Passivo, na rubrica “Adiantamentos de Clientes”. Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no Balanço Patrimonial como um Ativo, em “Contas a Receber de Clientes”.

3.8. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus Ativos Tangíveis e Intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do Ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

A Empresa, em atendimento a NBC T 01 - Redução ao Valor Recuperável efetuou a análise do valor de recuperação do Imobilizado e do Intangível. Com base nos estudos realizados, não foram identificados Ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

3.9. Ajuste a Valor Presente

De acordo com a NBC T 12 - Ajuste a Valor Presente, a Empresa avaliou os Ativos e Passivos monetários sujeitos à avaliação a valor presente, também os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram registrados ajustes a valor presente, em face da não relevância.

3.10. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras sem qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos sobre vendas de serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre os serviços prestados.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3 a 5,00%

Os serviços prestados são apresentados na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

3.11. Provisões

As Provisões são reconhecidas para obrigações presentes (Legal ou Presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como Provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As Provisões para o custo esperado com a garantia de obras são reconhecidas com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços e apresentadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa.

3.12. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os Ativos, os Passivos, as Receitas e as Despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas utilizadas pela Administração da Empresa na preparação das Demonstrações Financeiras referem-se à determinação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, às vidas úteis utilizadas para depreciação dos Bens do Ativo Imobilizado, aos prazos e valores de realização de Ativos Imobilizados e às provisões para riscos e garantias.

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Resolução do CFC, NBC TG 03 (R2), Resolução nº 1.296/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	303	417	313	418
Bancos conta movimento	35	3.772	36	3.987
Aplicação financeira	3	3.109	50	3.730
	341	7.298	399	8.136

As aplicações financeiras estão efetuadas substancialmente em CDB, junto ao Banco do Brasil, lastreadas ao rendimento do CDI (compromissadas), resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Construtora Triunfo S.A.	694	694	694	694
DER / PR	6.072	6.708	6.072	6.708
Concessionária Transbrasiliana	203	-	3.312	-
Compasa do Brasil Distrib. De Petróleo	286	286	286	286
Estado de Rondônia (i)	23.383	23.383	23.383	23.383
Valec (ii)	21.745	1.764	35.825	4.061
Pref. Municipal de Curitiba / PR	-	-	-	4.275
Bahia Ferrovias	-	-	262	262
Outros valores a receber	413	975	542	1.104
	52.796	33.811	70.376	40.775

- (i) Em 2024 houve o reconhecimento da ação de cobrança nr. 0022869-14.2013.8.22.0001 no montante de R\$23.383 junto ao Estado de Rondônia, pela falta de pagamento por serviços executados oriundos do Contrato nr. 083/PGE-2009. A liquidez do crédito está garantida por carta de intenção de compra de Banco de Investimento com vencimento em junho de 2026.
- (ii) O saldo de R\$21.745 mil na Controladora refere-se à execução direta do Lote 05F (FIOL II), com medição acumulada de R\$17.418 mil em 2025 (incluindo reajustes). O montante consolidado de R\$35.825 mil inclui adicionalmente R\$14.080 mil referentes à participação proporcional da Empresa no Consórcio TT-FIOL Lote 06F-A, correspondente a serviços executados sem faturamento que totalizaram R\$19.790 mil no período.

6. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

6.1 Créditos com partes relacionadas:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
THP – Holding Participações S.A. Conta Corrente – passivo	(39.692)	-	(39.692)	-
THP – Holding Participações S.A. Conta Corrente - ativo	-	2.624	-	2.624
Construtora Triunfo S.A. (a) Conta Corrente – ativo	13.846	13.846	13.846	13.846
SCP's (b) Conta Corrente – ativo	102.444	97.924	102.461	97.966
Consórcios Construtores Conta Corrente - passivo	-	(20.835)	-	(2.355)
Consórcios Construtores Conta Corrente - ativo	17.895	-	38.665	-
	94.493	93.559	115.280	112.081

Ativo Circulante	80.647	79.713	101.434	98.235
Ativo Não Circulante	13.846	13.846	13.846	13.846

- (a) As transações com a Construtora Triunfo S/A – Em Recuperação Judicial no montante de R\$13.846 (R\$13.846 em 2024) estão registradas a longo prazo para recebimento no âmbito da Recuperação Judicial da recuperada Construtora Triunfo S/A – Em Recuperação Judicial. Conforme plano aprovado, os credores de partes relacionadas, receberão uma única parcela em janeiro de 2040 com atualização monetária pela TR + 1% ao ano e carência de 20 anos. A Administração avaliou os efeitos da atualização pela taxa efetiva, e concluiu que a apresentação do valor registrado está adequada.
- (b) Com o objetivo de efetivar a circulação de recursos financeiros para gerir e desenvolver as atividades dos objetos sociais da Empresa e suas controladas, as partes ajustaram diversos pactos que caracterizam a gestão de recursos financeiros em condomínio e relação contratual de conta corrente.

As operações com consórcios formados com participação da Empresa são registradas em “créditos com consórcios” à medida que são efetuadas remessas de numerário e, em “obrigações com consórcios” à medida que ocorrem recebimentos. Além disso, mensalmente, as contas de resultado são refletidas pela Empresa, na proporção de sua participação, em suas correspondentes contas de resultado, com contrapartida em seu ativo ou passivo. Ao final do contrato objeto do consórcio, é efetuada a apuração de seu resultado e o conseqüente encerramento das contas.

A Empresa mantém em 31 de dezembro de 2025 e 2024 participações em consórcios, com a finalidade exclusiva de aumentar a capacidade produtiva e operacional no desenvolvimento de projetos de interesse recíproco aos participantes.

7. Direitos Creditórios

Os direitos creditórios referem-se à obra já executada e versam sobre recomposição patrimonial ocasionada pelo atraso no pagamento das faturas e diferenças contratuais junto ao Órgão Público, com expectativa de realização nos próximos 05 (cinco) anos.

Com base no mesmo parecer jurídico, em 2025, o montante é considerado líquido de efeitos tributários, visto que as ações são caracterizadas como danos emergentes correspondentes a recomposição do patrimônio perdido em decorrência de prejuízos causados pelo não cumprimento de cláusulas contratuais por parte de órgãos governamentais, e dessa forma não sofre incidência tributária enquanto não recebido.

A Empresa participa em consórcios os quais também pleiteiam reequilíbrio contratual e faturas não pagas, portanto, está reconhecendo no seu ativo sua participação nestes processos. Em 2024, a Construtora Triunfo SA – em Recuperação Judicial cedeu a totalidade dos direitos creditórios em caráter definitivo para a Empresa, conforme instrumento particular de cessão créditos e outras avenças firmado em 01 de dezembro de 2024 referente a ação contra o Estado do Pernambuco “SERH”, relativa as obras de construção da barragem de Serro Azul, na bacia do Rio Uma, em Palmares-PE, no montante de R\$27.220.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo de direitos creditórios a longo prazo é de R\$61.497 mil (\$61.497 em 31.12.2024).

8. Contratos de Construção – Direito de Faturar

Em 2021 a Empresa firmou contrato de execução das obras e serviços de duplicação e restauração da pista existente da Rodovia PR-317 – trecho Iguaraçu – Maringá no Estado do Paraná, com extensão de 21,82 km, junto ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, no valor total de R\$183 milhões, com prazo de duração de 720 dias.

Baseando-se no que dispõe o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção, a Empresa apurou as receitas relativas a este contrato, utilizando o método do percentual da margem de lucro global orçada. Esse percentual é aplicado mensalmente sobre os custos incorridos, obtendo-se a receita estimada. A diferença entre este valor e o valor faturado de acordo com os eventogramas contratuais é a receita diferida.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui R\$ 13.731 mil (R\$ 15.956 mil em 31 de dezembro de 2024) como saldo remanescente do contrato a ser faturado junto ao DER/PR (Processo nº 25.190.105-8). A redução de R\$ 2.225 mil no exercício deve-se à revisão das estimativas de custos e receitas pelo método do POC (*Percentage of Completion*), refletindo apenas o montante do pleito atualizado. O saldo de R\$ 13.731 mil foi reclassificado para o Longo Prazo em virtude de discussões na esfera administrativa quanto à homologação da medição final. A Administração, amparada por seus assessores jurídicos e pelo histórico dos serviços realizados, entende que o valor é integralmente recuperável, não sendo necessária a constituição de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2025.

9. Investimentos

Os investimentos da Empresa em controladas apresentam a seguinte composição:

	31.12.2025					31.12.2024
	Patrimônio líquido	Resultado	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	Passivo à descoberto	Passivo à descoberto
SCP Contorno Teresina /Piauí	(12.048)	-	3%	(362)	(362)	(361)
SCP Irati / PR	(6.094)	-	3%	(183)	(183)	(183)
SCP Superbus-Londrina	(19.095)	(4)	3%	(577)	(577)	(573)
SCP Barra do Garças	(10.917)	(1)	3%	(328)	(328)	(328)
SCP Ponte Teresina /Piauí	(1.371)	-	3%	(41)	(41)	(41)
SCP Rebouças / PR	(1.271)	-	3%	(38)	(38)	(38)
SCP Linha Verde / Curitiba	(1.755)	-	3%	(53)	(53)	(53)
SCP Transbrasiliana	(716)	-	3%	(21)	(21)	(21)
	(53.267)	(5)		(1.603)	(1.603)	(1.598)

Os investimentos em Sociedade por Conta de Participação – SCP que se encontravam com patrimônio negativo, foram transferidos para o passivo não circulante na rubrica “passivo à descoberto” no montante de R\$1.603 (R\$1.598 em 31.12.2024). O resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$(5) foi registrada no resultado do exercício. A Empresa é sócia ostensiva na participação das SCP'S, portanto os saldos de ativos e passivos dessas investidas são controlados separadamente e estão incorporados na contabilidade da controladora em aderência as normas contábeis aplicáveis.

10. Imobilizado

Contas	Controladora				Totais
	Terrenos	Instalações	Veículos	Tratores/ Máquinas e equipamentos	
Imobilizado líquido em 31/12/2024	8.388	1.594	493	4.740	15.214
Custo em 31/12/2024	8.388	3.214	4.867	12.947	29.416
Aquisições	-	-	886	-	886
Transferência	-	-	(53)	-	(53)
Custo em 31/12/2025	8.388	3.214	5.700	12.947	30.248
Depreciação Acumulada em 31/12/2024	-	(1.620)	(4.375)	(8.207)	(14.201)
Depreciação	-	(126)	(758)	(1.188)	(2.072)
Transferência	-	-	53	-	53
Depreciação Acumulada em 31/12/2025	-	(1.746)	(5.080)	(9.394)	(16.220)

Imobilizado líquido em 31/12/2025	8.388	1.468	620	3.552	14.028
--	--------------	--------------	------------	--------------	---------------

Contas	Consolidado					Totais
	Terrenos	Instalações	Veículos	Tratores/Máquinas e equipamentos	Outras Imobilizações	
Imobilizado líquido em 31/12/2024	8.388	1.721	493	4.814	109	15.523
Custo em 31.12.2024	8.388	3.363	4.867	13.043	143	29.804
Aquisições	-	-	886	-	-	886
Baixas	-	-	(53)	-	-	(53)
Custo em 31.12.2025	8.388	3.363	5.700	13.043	143	30.637
Depreciação Acumulada em 31.12.2024	-	(1.642)	(4.375)	(8.229)	(34)	(14.280)
Depreciação	-	(142)	(758)	(1.200)	(17)	(2.116)
Baixas	-	-	53	-	-	53
Depreciação Acumulada em 31.12.2025	-	(1.784)	(5.080)	(9.429)	(51)	(16.344)
Imobilizado líquido em 31/12/2025	8.388	1.579	620	3.614	91	14.293

Demonstrado ao custo histórico de aquisição e construção, os imobilizados são depreciados com base no método linear e com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimada dos bens.

A seguir o ativo imobilizado remanescente da Empresa em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Taxa Anual - %	Controladora			31/12/2024
		31/12/2025			Líquido
		Custo corrigido	Depreciação	Líquido	
Terrenos		8.388	-	8.388	8.388
Instalações	13 a 17	3.214	(2)	3.212	1.594
Veículos	20 a 25	5.700	(5)	5.695	493
Tratores/ Máquinas e equipamentos	10 a 50	12.947	(9)	12.937	4.740
		30.248	(16)	30.232	15.214
	Taxa Anual - %	Consolidado			31/12/2024
		31/12/2025			Líquido
		Custo corrigido	Depreciação	Líquido	
Terrenos		8.388	-	8.388	8.388
Instalações	13 a 17	3.363	(1.784)	1.579	1.721
Veículos	20 a 25	5.700	(5.080)	620	493
Tratores/ Máquinas e equipamentos	10 a 50	13.043	(9.429)	3.614	4.814
Outras imobilizações	10	143	(51)	91	109
		30.637	(16.344)	14.293	15.523

A Empresa efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que estes ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

11. Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação, a vida útil dos ativos intangíveis da Empresa é por tempo indeterminado, pois gerarão fluxos de caixa líquido positivo por tempo indeterminado.

Os valores utilizados na adoção foram calculados por especialistas externos com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico. Para realizarem este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito do know-how, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Empresa. O valor apurado foi de R\$26.468, registrado no ativo intangível em dezembro de 2017.

Em 07 de junho de 2023 a TIISA – Infraestrutura e Investimentos S.A – Em Recuperação Judicial aportou R\$5.300 de novos acervos conforme Laudo de Avaliação emitido por peritos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo de acervos técnicos da Empresa é de R\$29.072 mil.

Na análise do valor recuperável dos ativos intangíveis e ativo imobilizado, não foram identificados valores menores que os saldos contabilizados. O valor recuperável foi determinado por meio de cálculo do valor justo a partir de estimativas aprovadas pela Administração que consideram as seguintes premissas: utilização da taxa de desconto de 11,5% (WACC), crescimento nominal médio da receita de 9% entre 2026 a 2031, considerando perpetuidade de 2032 em diante e 34% de impostos sobre a renda. Como resultado dessa análise, não há perda a ser registrada por redução ao valor recuperável.

12. Fornecedores

O saldo de contas a pagar com fornecedores não rende juros e são geralmente liquidadas em prazos de 30 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Gerais	(14.286)	(10.692)	(23.378)	(21.837)
Fornecedores Serviços	(486)	(106)	(594)	(107)
	<u>(14.772)</u>	<u>(10.798)</u>	<u>(23.972)</u>	<u>(21.944)</u>
Passivo circulante	(14.772)	(10.798)	(23.863)	(21.837)
Passivo não circulante	-	-	(109)	(107)

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa possuía em rubrica de Adiantamento à Fornecedor o saldo de R\$6.919 (R\$4.533 em 31.12.2024) e no consolidado R\$8.195 (R\$5.860 em 31.12.2024), o qual deverá ser compensado no exercício de 2026.

13. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos contratados possuem características de capital de giro e ocorreram na medida em que a Empresa necessitou de fluxos de caixa. Estão garantidos por alienação fiduciária, avais dos acionistas e recebíveis de contratos.

	Encargos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco Guanabara	21,70% a 22,42% a.a	(1.811)	(18.052)	(8.031)	(18.052)
Banco Planner	33,60% a.a	-	(49)	-	(49)

Banco Taipa UY3	2,06% a.m	-	(22)	-	(22)
Banco Paulista	12,00% a 13,80% a.a	(3.301)	(7.363)	(3.301)	(7.363)
Total de empréstimos		(5.112)	(25.485)	(11.332)	(25.485)
Banco Planner		(13.057)	(9.062)	(13.057)	(9.062)
Banco C6 S.A		(471)	(11.422)	(471)	(11.422)
Banco Fanti		(3.488)	-	(3.488)	-
Banco Guanabara		(5.310)	-	(5.310)	-
Total de notas comerciais (i)		(22.326)	(20.484)	(22.326)	(20.484)
Total empréstimos e notas comerciais		(27.438)	(45.969)	(33.658)	(45.969)
Passivo Circulante		(27.438)	(45.969)	(33.658)	(45.969)

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31/12/2024	(45.969)
Captações	(174.132)
Amortizações	204.539
Juros apropriados	(11.876)
Saldo em 31/12/2025	(27.438)

(i) Em 31 de dezembro de 2025 as notas comerciais estão assim representadas:

	Emissão Notas Escriturais/Promissórias	Instituição	Vencimento	Encargos	Controladora e Consolidado				
					Saldo 31/12/2024	Valor Principal	Juros Incorridos	Pagamentos / Transferência (-)	Saldo 31/12/2025
	Notas com garantia fidejussória (a)	Banco Planner	30/04/2025	20,983% a 23,8721% a.a	9.062	-	398	(9.460)	-
	Notas com Aval da acionista-THP (b)	Banco C6 Bank	17/10/2025	CDI+6,1678% a.a	11.422	3.617	1.523	(16.091)	471
	Notas com Aval da acionista-THP (b)	Banco Planner	25/03/2026	1,75%% a 2,5% a.m	-	62.210	9.030	(58.183)	13.057
	Notas com Aval da acionista-THP (b)	Banco Fanti	15/04/2026	34,4888% a.a 30,3124% a.a	-	5.700	250	(2.462)	3.488
	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Nota Comercial	Banco Guanabara	13/03/2026	100% CDI- CETIP + 0,70% a.m	-	14.160	-	(8.850)	5.310
					20.484	85.687	11.201	(95.046)	22.326
	Passivo circulante				20.484				22.326
	Passivo não circulante				-				-

- (a) Em 2024 foram emitidas junto ao Banco Planner 21.794 de notas comerciais escriturais, em série única, para colocação privada, com cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia e outras avenças, tendo valor nominal unitário de R\$1.000. Estas Notas Comerciais com garantia fiduciária, foram 100% captadas e liquidadas em 2025.
- (b) Em setembro de 2024, a Empresa assinou contrato com o Banco C6 S.A, também, para emissão de notas comerciais escriturais em série única com aval da sócia THP – Triunfo Holding de Participações S.A. Foram captadas 24 Notas comerciais ao valor unitário de R\$500.000 (quinhentos mil reais), totalizando R\$ 12.000.000 (doze milhões de reais). A

remuneração das Notas comerciais captadas será de 100% do CDI + 6,1678% ao ano. O pagamento ocorrerá em 13 parcelas, sendo a última delas programada para 17/10/2025.

Em 2025 a empresa assinou contratos com o Banco Planner S.A, Fanti Capital Securitizador S.A e Banco Guanabara S.A para emissão de novas notas comerciais escriturais em série única com aval da sócia THP – Triunfo Holding de Participações S.A:

- Banco Planner S.A: foram captadas 9 (nove) notas comerciais totalizando R\$62.180.810 (sessenta e dois milhões, cento e oitenta mil e oitocentos e dez reais), das quais 6 foram quitadas e 3 estão em aberto para liquidação, sendo a última parcela programada para 25/03/2026. As remunerações das notas comerciais serão de 1,75% a.m a 2,50% a.m.
- Fanti Capital Securitizador S.A: foram captadas 3 (três) notas comerciais totalizando R\$ 5.700.000 (cinco milhões e setecentos mil reais). A remuneração das Notas comerciais captadas será de 34,4888% a.a. para a 1ª Nota Comercial e 30,3124% a.a. para as demais. Os pagamentos ocorrerão em 3 e 6 quotas, sendo a última parcela programada para 15/04/2026.
- Banco Guanabara S.A: foi captada 1 (uma) nota comercial totalizando R\$14.160.000 (quatorze milhões, cento e sessenta mil reais). A remuneração da nota comercial será de 100% CDI-CETIP + 0,70% a.m. Os pagamentos ocorrerão em 8 parcelas, sendo a última programada para 13/03/2026.

14. Salários e Encargos Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados	(1.327)	(1.150)	(1.647)	(2.133)
Encargos e Contribuições trabalhistas	(4.630)	(8.650)	(6.519)	(12.742)
Provisões Férias/13.salário e encargos	(1.782)	(2.664)	(2.541)	(3.637)
Outros	(1.555)	(581)	(2.237)	(1.259)
	(9.294)	(13.044)	(12.944)	(19.771)

15. Obrigações tributárias correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF retido de terceiros	(287)	(672)	(768)	(861)
INSS sobre salários	(2.313)	-	(3.612)	-
IRPJ a recolher	-	(34)	-	(34)
CSLL a recolher	-	(16)	-	(16)
PIS a recolher	(300)	(740)	(300)	(1.141)
COFINS a recolher	(1.385)	(3.429)	(1.385)	(5.281)
ISS a recolher	(1.540)	(1.229)	(1.907)	(1.955)
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	(195)	(99)	(279)	(182)
INSS retido de terceiros	(46)	(35)	(168)	(372)
Outros impostos	(194)	(92)	(407)	(98)
	(6.260)	(6.345)	(8.826)	(9.940)

16. Parcelamentos

Em dezembro de 2025 a empresa possuía parcelamentos em andamento, no montante de R\$46.702 (R\$30.040 em 31.12.2024) e consolidado R\$62.530 (R\$37.619 em 31.12.2024), distribuídos principalmente entre parcelamentos simplificados junto à Receita Federal do Brasil relativos a demais débitos e previdenciários, e, no âmbito da PGFN parcelamentos previdenciários relativos a transação excepcional de que trata a Lei 13.988/2020, com aproveitamento de redução de multa, juros e honorários. Todos os parcelamentos estão sendo pagos regularmente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Demais débitos	(15.348)	(12.061)	(17.100)	(12.061)
Previdenciário	(27.256)	(17.512)	(40.987)	(24.962)
Parcelamentos na RFB	(42.604)	(29.574)	(58.087)	(37.023)
Demais débitos	(1.853)	-	(1.977)	-
Previdenciário	(2.070)	(466)	(2.188)	(596)
Parcelamentos na PGFN	(3.923)	(466)	(4.165)	(596)
FGTS	-	-	(103)	-
ISS	(175)	-	(175)	-
Parcelamentos Outros	(175)	-	(278)	-
Total de Parcelamentos	(46.702)	(30.040)	(62.530)	(37.619)
Passivo circulante	(9.324)	(7.759)	(12.811)	(9.632)
Passivo não circulante	(37.378)	(22.281)	(49.719)	(27.987)

Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento dos saldos não circulante tem o seguinte cronograma:

	Controladora	Consolidado
2027	(9.318)	(13.120)
2028	(9.052)	(12.496)
2029	(9.052)	(12.484)
2030	(9.956)	(11.619)
Total	(37.378)	(49.719)

17. Adiantamento de clientes

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa possuía em rubrica de Adiantamento de Clientes o saldo de R\$9.445 (R\$11.088 em 31.12.2024) e no consolidado R\$13.274 (R\$11.088 em 31.12.2024), o qual deverá ser liquidado em 2027 e 2028.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Concebra	(9.445)	(7.806)	(9.445)	7.806
Transbrasiliana	-	(3.282)	(3.429)	3.282
Outros	-	-	(400)	400
	(9.445)	(11.088)	(13.274)	11.488
Passivo circulante	-	-	-	400
Passivo não circulante	(9.445)	(11.088)	(13.274)	11.088

18. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Empresa utiliza-se do regime de tributação pelo lucro real, calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. A alíquota do imposto de renda e da contribuição social para 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada conforme reconciliação a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Calculados à Alíquota Efetiva:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.330	26.954
Alíquota nominal - %	34%	34%
IR/CS pela alíquota nominal	4.872	9.164
Adições	11.623	2.118
Exclusões	(25.992)	(30.493)
Efeitos de adições (exclusões) não dedutíveis, líquidas	(14.369)	(28.375)
Total base de cálculo	(40)	(1.421)

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 2025 e 2024 é de R\$77.037 mil, representado por 77.037 quotas em 2025 e 2024, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

A composição societária em 31 de dezembro de 2025, está demonstrada a seguir:

Sócios	Nº. Quotas Detidas	Valor	%
THP - Holding Participações S.A.	77.037	R\$ 77.037	100,00%
Total	77.037	R\$ 77.037	100,00%

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o ajuste de avaliação patrimonial é de R\$4.548 composto de reserva de reavaliação constituída em 2006, o qual deve ser mantido até a sua efetiva realização, pela venda ou alienação dos bens reavaliados.

c) Reserva legal

Constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$4.199 (R\$3.483 em 31.12.2024).

d) Reserva de lucros a realizar

O lucro remanescente, após a constituição da reserva legal, terá a destinação que for aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo acumulado da reserva de lucros a realizar é de R\$79.791 (R\$66.178 em 31.12.2024).

e) Distribuição de lucros

Os lucros são distribuídos de acordo com a participação de cada um dos sócios, de acordo com Assembleia Geral.

20. Receita líquida de venda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita dos serviços prestados	119.473	134.646	119.473	134.777
Receita de consórcios (Nota 25)	34.951	91.662	34.951	91.662
Total da receita bruta operacional	154.424	226.308	154.424	226.440
Impostos incidentes - Empresa	(5.740)	(8.866)	(5.740)	(8.873)
Impostos incidentes – Consórcios (Nota 25)	(779)	(2.931)	(779)	(2.931)
Total das deduções sobre a receita bruta	(6.519)	(11.797)	(6.519)	(11.804)
	147.905	214.511	147.905	214.636

21. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais aplicados na obra	(22.269)	(48.040)	(22.274)	(48.296)
Mão de obra direta	(40.657)	(32.132)	(40.657)	(32.132)
Serviços de terceiros	(18.132)	(15.230)	(18.132)	(15.230)
Depreciação (Nota 10)	(2.072)	(1.552)	(2.072)	(1.552)
Custos de consórcios (Nota 25)	(41.668)	(79.131)	(41.668)	(79.131)
Outros Custos	(3.106)	(3.455)	(3.106)	(3.455)
	(127.904)	(179.541)	(127.909)	(179.797)

22. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Gastos Gerais	(174)	(57)	(174)	(61)
Despesas com pessoal e encargos trabalhistas	(744)	(764)	(744)	(764)
Serviços de terceiros	(5.642)	(2.651)	(5.642)	(2.651)
Outras despesas administrativas	(821)	(675)	(821)	(675)
	(7.381)	(4.146)	(7.381)	(4.151)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ganho venda de imobilizado	3	220
Perda venda/baixa de imobilizado	-	(186)
Constituição de direitos creditórios (a)	-	25.341
Outras receitas operacionais (b)	27.514	-
	27.517	25.374

(a) Conforme mencionado nas notas 5 e 7, em 2024 a Empresa reconheceu ações ordinárias de cobrança e revisão contratual junto à órgãos públicos, considerando sua participação naquelas onde as obras foram operacionalizadas via consórcio de empresas, no montante de R\$27.220

(b) Em 2025 a empresa procedeu com a baixa de valores registrados na rubrica de adiantamento de clientes no montante de R\$27.514, em decorrência de sua conversão em indenização. Em conformidade com os termos acordados entre as partes,

os referidos valores não serão restituídos, sendo caracterizados como compensação/indenização pelos custos incorridos, perdas operacionais e/ou comprissos assumidos pela empresa.

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação Financeira	358	299
Outras receitas financeiras	1.109	641
Receitas financeiras	1.467	940
Juros e encargos (a)	(17.653)	(8.054)
Juros Notas Comerciais Escriturais	(3.300)	(14.293)
Tarifas Bancárias	(1.733)	(2.580)
Outras despesas Financeiras	(468)	(1.073)
Despesas Financeiras	(23.156)	(26.000)
Resultado Financeiro Líquido	(21.689)	(25.060)

(a) Refere-se principalmente à juros e encargos sobre impostos: Parcelamento com a Transação Extraordinária no âmbito da PGFN e RFB no montante de R\$7.853 (R\$4.185 em 31.12.24). O saldo remanescente refere-se aos juros decorrente dos empréstimos e financiamentos.

25. Resultado de operações com consórcios (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025 os resultados dos consórcios estão assim representados:

CONSÓRCIOS	Receitas	(-) Deduções da Receita	Custos	Resultado Financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Consórcio CVP	-	-	(539)	(18)	(557)	(1.590)
Consórcio TTC	(6.160)	683	(162)	1	(5.638)	(463)
Consórcio TC Linha Verde	-	-	-	-	-	5.771
Consórcio TT Fiol L6	37.707	(1.168)	(39.695)	(3.360)	(6.516)	(705)
Consórcio TCR10	-	-	(322)	19	(303)	304
Consórcio Jerusalém	-	-	-	-	-	523
Consórcio Xaxim	-	-	-	-	-	1.934
Consórcio Santa Quitéria	-	-	-	-	-	285
Consórcio TT TBR	3.404	(294)	(950)	(7)	2.153	-
Participação da TCE	34.951	(779)	(41.668)	(3.365)	(10.861)	6.059

26. Instrumentos Financeiros

26.1 Gestão de Risco de Capital

A Empresa administra seu Capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e, ao mesmo tempo, maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

26.2 Gestão de Risco de Liquidez

A responsabilidade final pela gestão do Risco de Liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de Liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o Risco de Liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

26.3 Gestão de Risco de Mercado

Os resultados das operações da Empresa dependem de sua capacidade de Administração, gerenciamento e execução das atividades contratadas por sua carteira de clientes, bem como ampliação da mesma. Com o intuito de mitigar tais fatores de risco a Empresa monitora permanentemente o mercado ao qual está inserida, nas suas regiões de atuação, com o objetivo de acompanhar a evolução e a utilização das boas práticas, visando antecipar-se as novidades do mercado, bem como trazer experiências inovadoras e que zelem pela preservação do meio ambiente.

26.4 Risco de Crédito

O Risco de Crédito da Empresa pode ser atribuído principalmente aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Contas a Receber. No Balanço Patrimonial, as contas a receber são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos. A provisão para desvalorização de clientes e outras contas a receber é definida sempre que uma perda for detectada e, de acordo com experiências anteriores, isso evidencia que a possibilidade de recuperar os fluxos de caixa está prejudicada.

26.5 Risco de Concentração

A Empresa mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos.

26.6 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Empresa estão contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 em valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente remunerados.

A Empresa não faz investimentos especulativos com derivativos e nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Empresa baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente os valores que podem ser realizados no mercado atual.

26.7 Critérios, Premissas e Limitações Utilizados na Apuração dos Valores de Mercado

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores de mercado dos saldos mantidos em conta corrente são similares aos saldos contábeis.

Clientes e Outras Contas a Receber

Na opinião da Administração da Empresa, os saldos contábeis de Clientes e Contas a Receber aproximam-se do valor de mercado.

Empréstimos e Financiamentos

Os valores justos dos Empréstimos e Financiamentos foram calculados com base em seu contrato firmado com instituições financeiras e/ou clientes, utilizando-se de taxas de juros

aplicáveis a instrumentos desta natureza, prazos e riscos similares.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há Instrumentos Financeiros na forma de derivativos ou de risco semelhante.

27 Análise de sensibilidade

Instrumentos financeiros

Apresentamos a seguir análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis CDI, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Empresa, com cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração. Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião da elaboração do balanço, por entender que, devido à alta volatilidade de mercado, o cenário provável para os empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas (CDI) deve afetar o resultado da Companhia. Por essa razão, o CDI deve ser considerado como a variável de risco. O valor de R\$33.658 foi considerado para essa análise. Assim, a Empresa estima no cenário provável o CDI em 11,90% para 2026. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 10% e 20% deterioração da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os valores a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	Base	Provável	II	III
Empréstimo moeda nacional	33.658	4.005	4.406	4.806

** **